

HISTÓRIA ECONÔMICA: ALGUMAS QUESTÕES METODOLÓGICAS

Luciana Lamblet Pereira – PPG-UFF

A História Econômica andava desacreditada; alguns estudos denunciavam a queda das produções nesta área, outros anunciavam prematuramente a sua morte. No entanto, através dos programas de pós-graduação e dos congressos específicos da área podemos ver uma certa “reação”, ainda que tímida, deste campo de estudos. Assim, torna-se necessário o debate acerca de que “História Econômica” queremos.

Em primeiro lugar, é preciso pensar a História Econômica enquanto linha de pesquisa unificadora de duas disciplinas que guardam suas especificidades: História e Economia; surgindo assim, a necessidade de entender a relação e o diálogo que estes dois campos possuem entre si. Concernente a este aspecto é mister abordarmos, ainda que sinteticamente, a sua gênese e desenvolvimento.

Como nos mostra Witold Kula, em sua obra *Problemas y métodos de la historia económica*,¹ esta área surgiu ao lado da ascensão burguesa e conseqüente advento do capitalismo, ao combater a história até então existente de legitimação das famílias reais e aristocráticas, das instituições existentes, dos princípios e costumes, das hierarquias estabelecidas pelos valores sociais do período. Assim, com a emergente burguesia à frente, o estudo das atividades econômicas – produção e comércio - começou a ocupar espaços nas discussões acadêmicas, fomentadas, também pela nascente economia política.

A economia política tornou-se essencial para o desenvolvimento da história econômica quando, ao procurar leis e regularidade dos fenômenos econômicos, foi buscar no passado a comprovação da tão ansiada constância. *A riqueza das nações*, de Adam Smith, é grande exemplo desta linha de pesquisa.

Ao mesmo tempo, as inquietudes e incertezas provocadas pelo advento do capitalismo e pela Revolução Industrial, induziram ao estudo destes fenômenos e seu

desenvolvimento. Assim, ainda segundo Kula, a história econômica nasceu ao lado da economia política burguesa, do capitalismo e da Revolução Industrial.

Já na primeira metade do século XIX, a história econômica constituiu um campo consolidado com grande número de obras relativas a seu tema. Na Inglaterra, a questão das “Poor Laws” e da liberdade de comércio suscitaram inúmeros trabalhos de história econômica baseados em fontes documentais; na Alemanha, a problemática da unificação e, principalmente união aduaneira, influenciaram intensamente a história, assim como a força revolucionária camponesa da Polônia influenciou os estudos sobre o passado da aldeia e, na França, o socialismo utópico e os apologistas da industrialização levaram à investigação histórica do artesanato, da indústria, das corporações e da classe operária.

Além destes fatores, o incremento dos serviços centrais de estatística, possibilitaram novas fontes e o desenvolvimento das pesquisas uma vez que permitiram a utilização de um material constante e, em princípio, comparável, auxiliando na busca das tendências de desenvolvimento.

Kula aponta que, após a década de 1810, os trabalhos progressistas como os de Smith e Sismondi, foram lentamente substituídos por outros com caráter nacionalista a partir da formulação da Escola Histórica. Esta corrente ressaltava os aspectos individuais do desenvolvimento econômico dos diferentes países, negando as concepções generalizantes de Smith e Ricardo.

Ainda no século XIX, é inegável a grande influência exercida pela teoria marxista na história econômica. Baseada em uma concepção de desenvolvimento econômico a partir da produção, da transformação das suas forças produtivas e das suas relações de produção, a teoria marxiana desempenhou grande papel ao entender o processo atravessado pela luta de classes. O surgimento e desenvolvimento da classe operária despertaram, assim, grande interesse pela história econômica.

A Nova Escola Histórica, assim como a sua predecessora, adotou uma postura evolucionista e organicista ao defender as especificidades do desenvolvimento econômico dos países estudados, opondo-se ao universalismo da escola clássica inglesa. Esta

perspectiva intensificou a defesa da variabilidade dos fenômenos econômicos no tempo e no espaço, negando toda a possibilidade de generalização.

Após a primeira Guerra Mundial, a história econômica alça grandes discussões, principalmente através da “Economic History Review” e da “Annales d’Histoire Economique et Sociale”, abrindo novas perspectivas e espaços de debates. A história econômica começou a ser introduzida em importantes programas universitários como os de Cambridge (1928) e de Oxford (1931), completando a sua “emancipação” com a criação de seções especiais que lhe são fornecidas em congressos, ampliando o seu fórum de debate.

A relação entre História e Economia, no entanto, sempre foi palco de grandes polêmicas.

A principal delas diz respeito ao método quantitativo. Quando a estatística é elevada como um fim em si mesma, grandes ataques à sua utilização são proferidos. Caio Prado Jr., em artigo publicado na revista *Debate & Crítica*², sem negar a contribuição dos dados estatísticos para a elaboração historiográfica, aponta para o perigo da sua supervalorização.

Segundo o autor supracitado, a história antes de tudo deve se preocupar com o movimento, o processo, as relações, as transições e a dialética. A superestimação da quantificação impediria a visão da dinâmica em favor de uma visão estática:

“O fato é que a maior e principal parte das circunstâncias que concorrem na configuração e dinâmica do processo histórico, que é o assunto central da historiografia, não são por natureza quantificáveis.”

(PRADO JR., p. 7, 1975)

Para Caio Prado Jr., a história quantitativa pode levar a uma história do particular, do micro, o que, para ele incorreria em grande erro. Entendo que a microeconomia³ pode se tornar deveras problemática quando desarticulada com os diversos setores da vida social. No entanto, quando vinculada à macroeconomia, ou seja, às conjunturas, às variáveis econômicas globais (produção, circulação, importação, exportação, crédito, etc...), pode trazer importantes contribuições para a pesquisa historiográfica e para o entendimento da complexidade de determinada formação social.

Novamente baseando-me em Kula, para que o historiador econômico não caia no tão repudiado anacronismo, aplicando variáveis concernentes à empresa capitalista, compreendo a necessidade de estudar as relações internas do sistema econômico da sociedade abordada com sua estrutura social, evitando, com isso, o risco das generalizações, geralmente cometidas pela economia retrospectiva.

Eric Hobsbawm, em sua obra *Sobre História*⁴ demonstra como muitos economistas separaram a história de seus trabalhos, não abordando as mudanças conjunturais. Para o autor, a economia está intrínseca na mudança histórica, não podendo ser abstraída da mesma sem que perca substancialmente seu realismo enquanto ciência social aplicada.

Hobsbawm também afirma que a utilização das teorias econômicas por parte dos historiadores deve se aproximar mais da prática social, devendo ser mais do que marginal.

“(...) os historiadores devem partir da observação de Marx de que a economia é sempre historicamente específica, a produção é sempre ‘produção em um determinado estágio de desenvolvimento social, produção por indivíduos sociais’, (...)”

(HOBBSAWM, p. 124, 1998)

Não se trata, portanto, como lembra Pierre Vilar⁵, de sobrepor uma disciplina à outra, nem de tomarem reciprocamente as suas técnicas, mas sim se colocarem em atitudes de complementariedade.

Todas estas discussões tiveram como foco principal a questão metodológica. E a metodologia está sempre associada a um determinado aparato teórico, de visão de mundo, de História. Assim, é com grande cautela que vejo o “retorno” da História Econômica.

A primeira observação a ser feita é que a área de História Econômica está cada vez mais vinculada à Economia e não à História. Nas agências de pesquisa ou nos programas de pós-graduação de algumas universidades podemos constatar esta tendência que ultrapassa o âmbito institucional, uma vez que as faculdades de Economia estão se tornando cada vez mais técnicas, mais matemáticas, voltadas para a sua “utilidade” no mercado.

Podemos perceber o retorno de pesquisas preocupadas mais com as séries, do que com o movimento, os conflitos, os agentes sociais, além da economia retrospectiva realizada principalmente pelos “economistas-historiadores”. Sobre este último ponto acredito que os historiadores, em sua grande maioria, criticam o método, uma vez que nega um aspecto fundamental: a historicidade dos processos. No entanto, sobre o primeiro aspecto constata-se que o espectro do quantitativismo ainda ronda esta área da historiografia.

Trabalhos com extensivos gráficos, tabelas e cálculos andam recheando conferências, congressos e livros. Ao final de tudo, acabamos nos perguntando se há agentes, disputa, conflito, ou se os números pairam sobre a sociedade, dando o tom da História. A realidade parece ter de se adaptar à fórmula, ao cálculo, à série.

Por outro lado, as faculdades de História, em especial as fluminenses, com as quais tenho maior contato, pouco tem se preocupado com a formação em teoria econômica, abrindo ainda mais espaço para críticas severas ao trabalho do historiador.

Não cabe uma disputa entre historiadores e economistas, mas uma troca de conhecimentos entre as duas disciplinas. Não pretendo de forma alguma defender a idéia de uma História Econômica como disciplina autônoma⁶, mas sim como uma área da História e um ponto de interseção entre História e Economia, muito mais um diálogo do que uma disputa de egos.

O diálogo também deve acontecer dentro da História, não devemos nos fechar em pequenos compartimentos isolados das chamadas História do Poder e Idéias Políticas e História Cultural. Uma visão preconceituosa, principalmente a que tem ocorrido em relação a esta última área, limitará e muito o trabalho do historiador e impossibilitará a busca por uma História que vise a totalidade, afinal não há um *homo* econômico, um político e outro cultural. Os agentes são tudo isso e ainda tem seus conflitos pessoais, suas vidas particulares, suas dúvidas e incertezas. Entender quem são essas pessoas, as relações entre elas, sua maneira de ver o mundo e se enxergar nele, muito tem a contribuir para os trabalhos de História Econômica.

A proposta portanto, é pensarmos que História Econômica queremos produzir, para isso acredito que devemos relembrar todo os debates travados em momentos anteriores, além de olharmos sem preconceitos para as críticas e sugestões de novas correntes historiográficas como a micro-história e interdisciplinares como a antropologia econômica. Um debate amplo será sempre o principal caminho para a produção de uma História combativa, dinâmica e total.

¹ - KULA, Wiltod. *Problemas y métodos de la historia económica*. Barcelona: Ediciones Península, 1973.

² - PRADO JR., Caio. "História Quantitativa e Método da Historiografia". IN: *Debate e Crítica*. São Paulo: HUCITEC, Junho de 1975.

³ Microeconomia entendida como estudo econômico das unidades de produção, empresas agrícolas, de mineração, comerciais, industriais, bancárias, etc.

⁴ - HOBBSBAWM, Eric J. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

⁵ - VILAR, Pierre. *Desenvolvimento econômico e análise histórica*. Lisboa: Editorial Presença, 1982.

⁶ - Para exemplo da defesa desta concepção de História Econômica ver: SZMRECSÁNYI, Tamás. "Fundamentos teóricos e metodológicos do estudo da história econômica".